

História, memória e memorialística*

*Margarida de Souza Neves***

A proposta que trago para esse encontro de hoje é expor alguns aspectos da pesquisa que desenvolvi sobre Cecília Meireles e a questão da infância, no âmbito de um Projeto Integrado de Pesquisa financiado pelo CNPq e vinculado ao grupo PRONEX sediado no Departamento de História da PUC-Rio e que pretende analisar a produção de alguns intelectuais brasileiros considerando-os como Modernos descobridores do Brasil. Nessa perspectiva, Cecília Meireles e Monteiro Lobato representavam, no conjunto de autores analisados, um sub-conjunto de escritores que, para além de seus próprios roteiros e descobrimentos na incessante busca de decifrar o enigma deste país, preocuparam-se com a formação de futuras gerações de descobridores, e, por isso, publicaram para crianças, escreveram sobre educação, e debruçaram-se sobre a experiência da infância como uma das idades da vida.

Uma vez que não se trata de fazer uma conferência formal, mas de conduzir um seminário de pesquisa, creio que a melhor opção é trazer alguns aspectos da pesquisa que desenvolvo e que acabou se traduzindo num livro intitulado *Cecília Meireles: a poética da educação*, publicado em novembro de 2001. Creio que o mais interessante será apontar alguns problemas que eu e a equipe que coordeno enfrentamos ao longo da pesquisa, até porque, estou certa disso, é no processo de identificação, debate e busca de possíveis soluções dos problemas que encontramos ao desenvolver uma pesquisa que se dão as melhores oportunidades de crescimento intelectual e de criação. Como sabemos todos, é com nossos descaminhos, com os riscos que nos desafiam, com os mergulhos no desconhecido que sempre se oferecem aos pesquisadores que nos formamos na pesquisa e se abrem para nós as maiores descobertas, vale dizer, que é através das dificuldades que encontramos na pesquisa que nos tornamos, também nós, e na escala modesta de nossas possibilidades, descobridores no universo da História.

O ponto de partida de nosso seminário serão as dificuldades que minha equipe de pesquisa e eu enfrentamos ao tomar como base empírica para algumas das questões que presidiram a pesquisa sobre Cecília Meireles um livro de memórias infantis escrito por Cecília. Na verdade um escrito memorialístico pouco conhecido, intitulado *Olhinhos de Gato*, uma vez que apresenta um problema editorial básico: escrito em princípio para um público adulto e letrado, e publicado inicialmente (1940), como uma série de crônicas onde narra suas memórias de infância, na revista portuguesa *Ocidente*, esses fragmentos de uma infância contada foram publicados em livro pela primeira vez no Brasil em 1980, posteriormente portanto à morte de sua autora, em 1964, e republicados em 1983 numa coleção de livros de literatura infanto-juvenil. Poucos brasileiros o terão lido: o público infanto-juvenil, a quem está dirigida a publicação em livro feita no Brasil, só o lerá se obrigado pela escola - o que deve suceder, uma vez que o livro está em sua 15ª edição - mas dificilmente terá elementos para assimilar esta narrativa poética, pungente e complexa da experiência da infância, que se inicia com o relato da morte da mãe e a

* Matéria organizada por Clarícia Otto e Marilange Nonnenmacher

** Margarida de Souza Neves é professora do Departamento de História da PUC-Rio e pesquisadora do CNPq. Esse texto é retirado da conferência feita no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina no dia 23 de março de 2002.

recordação remota que Cecília guarda de si própria, aos dois anos, beijando a mãe morta. O público adulto, para quem o texto foi escrito, dificilmente lerá um livro publicado numa coleção infanto-juvenil, acompanhado de uma folha de exercícios com propostas dirigidas ao jovem leitor e seus colegas de classe. É provavelmente um livro de poucos leitores, ainda que de leitura sumamente interessante tanto por tratar-se de um dos poucos escritos confessionais de Cecília quanto por permitir uma discussão rica sobre os trabalhos da memória e sobre as relações entre a memorialística e a história.

O primeiro desafio da pesquisa que fizemos, ao analisar este particular documento constitutivo do corpus documental definido pela pesquisa, foi retraçar a peculiar história desse texto, suas condições de produção, o que implicava em mergulhar nos anos 30, particularmente penosos para Cecília Meireles, tanto pelas circunstâncias de sua vida privada – a morte trágica de seu primeiro marido e a luta para criar e sustentar, sozinha, suas três filhas pequenas -, quanto pelos avatares de sua vida profissional – sua demissão da primeira biblioteca pública infantil brasileira, que fundara e dirigia -, quanto ainda pela incidência da vida política nacional em sua própria vida pessoal – o enfrentamento do Estado Novo com um setor dos escolanovistas, que esteve, inclusive na base de sua demissão e da desativação da Biblioteca Pública Infantil do Mourisco-.

Não são triviais os problemas de contextualização da documentação que utilizamos em nosso trabalho de pesquisa, sobretudo se consideramos que essa contextualização não é uma simples moldura factual que permite situar o texto no tempo cronológico, mas é expressão do tempo histórico, denso, complexo, contraditório e, de certa forma, constitutivo do texto. É preciso tenacidade para preencher os vazios de informações lacunares, é fundamental saber que os silêncios podem ser mais eloqüentes que as palavras, e sensibilidade para reconhecer feridas ainda abertas e que é preciso respeitar.

O caminho para lidar com estas dificuldades está expresso na primeira parte de meu artigo Paisagens secretas. Memórias de infância, que é parte do livro citado. Na impossibilidade de trazer um exemplar para cada um dos que hoje estão aqui presentes, trouxe um exemplar para a biblioteca do Programa.

A organização do livro Cecília Meireles. A poética da educação, que comparto com as professoras Ana Chrystina Venancio Mignot (UERJ) e Yolanda Lima Lôbo (UENF), foi para mim uma dessas ocasiões preciosas de fazer convergir prazer e ofício. Sua publicação coincidiu com as comemorações do centenário de Cecília Meireles e a elas integrou-se, tendo portanto, por um lado, o privilégio de fazer parte da série de iniciativas do centenário, e, por outro, a obrigação de integrar as discussões que a História, como disciplina acadêmica, faz sobre comemorações. Como todos sabemos, uma comemoração é uma operação de construção de memória. Inclusive do ponto de vista etimológico, comemorar é fazer memória, já que sua origem latina *co-memorare*, implica a operação de solenizar recordando e também a dimensão coletiva dessa ação memorialística, já que supõe um conjunto de ações destinadas a fazer memória junto. No caso das celebrações comemorativas, o grande desafio é, sem deixar de reconhecer os méritos – no caso de Cecília, inegáveis – do homenageado, escapar da tentação hagiográfica que, por vezes, tende a situar aquele ou aquela que queremos comemorar num pedestal intangível, longe dos conflitos que tecem a história e a trajetória pessoal de todos nós. No caso de Cecília Meireles, a tentação hagiográfica que sempre ronda as comemorações, além de perigosa seria também injusta, pois ela jamais deixou de tomar posição nos conflitos de seu tempo, em especial naqueles que se expressavam no campo da educação e sempre fez das tensões, angústias e sofrimentos da vida pessoal e coletiva a matéria prima de sua poesia maior.

As comemorações do centenário de Cecília Meireles foram muitas e multiplicaram-se pelo país a fora. Suponho que também aqui Cecília foi homenageada, até porque seus antepassados açorianos – a avó que a educou e dela se encarregou após a morte precoce de seus pais era açoriana – fazem que Cecília e esta cidade tenham uma ancestralidade comum.

Fizemos o livro procurando, com ele, trazer às comemorações do centenário de Cecília a contribuição que é específica da universidade brasileira e da pesquisa acadêmica. Todos os capítulos do livro são resultado de pesquisa substantiva, um leque muito plural e, sem que isso fosse em princípio buscado, o livro trouxe, por um lado, uma feição multidisciplinar, muito expressiva do saber produzido hoje em nossas universidades, e, por outro, apresentando uma amostragem transversal da produção acadêmica: há artigos de professores pesquisadores experientes, entre os quais o da professora Maria Teresa Santos Cunha aqui presente; artigos que divulgam resultados de teses de doutorado; de dissertações de mestrado e, inclusive, um capítulo escrito por uma bolsista de iniciação científica, portanto, de uma aluna da graduação.

O livro como um todo – e as circunstâncias em que foi publicado – supõe um mergulho nas complexas questões das relações entre memória e história. Essa dimensão teórica – e os problemas dela decorrente – aparece de forma mais evidente no capítulo do qual fiquei encarregada, aquele em que a autora, adulta e poeta consagrada, volta-se para sua memória infantil e a traduz em uma prosa poética nem sempre de fácil leitura.

É através da experiência concreta da escrita desse texto sobre o livro de Cecília Meireles intitulado *Olhinhos de gato* que quero trazer para a discussão de hoje alguns dos desafios da complexa dialética entre memória e história, presente de alguma forma em todo trabalho feito pelo historiador, mas inelidível para os que trabalham com documentos memorialísticos.

As questões teóricas que decorrem da distinção e da relação entre história e memória se evidenciam particularmente quando nossa documentação histórica é de natureza memorialística. Porque os livros de memórias, os diários pessoais, as cartas, e os demais gêneros confessionais nos dão a ilusão de que entramos na mais recôndita intimidade do autor. Quando trabalhamos, por exemplo, com séries de correspondências privadas, temos a sensação de estar entrando no mais secreto e íntimo universo dos correspondentes. Ao ler, por exemplo, a correspondência de Cecília Meireles com Fernando de Azevedo, esses escritos parecem tão pessoais, tão marcados por um viés confessional, tão revelador do sujeito que escreve, que é fácil ter a sensação de que estamos, finalmente, realizando o sonho secreto de todo historiador, aquele de ingressar no território do segredo mais íntimo dos sujeitos sociais que ele está analisando. Não é fácil, diante da sedução de uma carta, ou de um diário íntimo, ou ainda de um livro de memórias, perceber que estamos lendo um texto que é uma construção que o autor faz de sua “persona”. Uma versão de si mesmo e do vivido, e não a transparência de seu eu ou do acontecido.

O que se escreve, está escrito para ser lido. O que está escrito e conservado pressupõe a possibilidade de (re)leitura não apenas pelo destinatário, mas também por outros leitores. Textos confidenciais, dialógicos, personalíssimos, confessionais, mesmo quando secretos, pressupõem, pelo ato da escrita, a possibilidade da leitura. A sedução e a ilusão voyeurística que criam no pesquisador não devem impedir a operação crítica que implica a consciência de que são escritos que revelam a construção da persona, daquele que os escreve, ou seja, a construção da imagem que o escritor está cristalizando sobre si mesmo, pra ele mesmo e para os demais. É muito importante ter isso claro quando se

trabalha com esse tipo de material, porque o sonho positivista - que todos nós carregamos - de conseguir chegar àquilo que realmente aconteceu ou ao segredo mais íntimo do eu do autor que estou trabalhando pode, também no caso desse tipo de documentação, fazer-nos esquecer que o historiador trabalha com versões, e não com fatos, e que para nós a verdade está longe de ser um dado positivo, e é sempre uma construção, marcada portanto pela relatividade, não só por não ser a verdade absoluta, mas também por necessitar um esforço de exegese das relações que a tecem: entre outras, a relação com o tempo e as circunstâncias em que foi escrita, a relação com o interlocutor a quem está dirigida, a relação com o suporte físico que a sustenta, a relação com a história de sua conservação e eventual publicação. Um raciocínio análogo pode ser feito em relação às entrevistas que se constituem no material fascinante dos historiadores que trabalham com história oral, e que fabricam seus próprios documentos.

A memória – e suas múltiplas traduções em suportes físicos, escritos ou não – é sempre, como assinala Jacques Le Goff, “fiel e móvel” (p. 46) . O historiador, ao trabalhar com escritos memorialísticos, deve levar em conta sua mobilidade tanto quanto sua fidelidade. E, se no plano aproximativo memória e história podem ser consideradas metáforas mútuas de grande riqueza, estão muito longe de serem conceitos intercambiáveis.

A proposta que quero trazer para o debate de hoje é, tendo como referência a pesquisa desenvolvida sobre o texto de memórias infantis de Cecília Meireles, levantar algumas questões de caráter teórico-metodológico na esteira das reflexões de autores bem conhecidos do público aqui presente.

1. Jacques Le Goff e a memória como um conceito crucial.

A complexa dialética que relaciona história e memória é o objeto de um texto bem conhecido do medievalista francês Jacques Le Goff, publicado como um dos verbetes da Enciclopédia Einaudi.

Texto de grande erudição, enciclopédico também em seu escopo e tessitura, o artigo oferece a seus leitores a possibilidade de uma visão diacrônica dos significados, suportes e dimensões políticas da memória desde a invenção da escrita até o início da informatização da sociedade. Para uma reflexão de ordem teórico-metodológica sobre a memória, esse caráter abrangente de seu conteúdo importa menos que algumas de suas observações pontuais.

A primeira delas aparece na conclusão do verbete, numa fórmula sintética que situa bem a relação dialética entre a memória em suas múltiplas formas e a história dos historiadores. Observa Le Goff: A memória, onde nasce a História, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro (p. 47).

Memória e história são portanto distintas e não devem ser confundidas. E, se Le Goff parece sugerir uma certa genealogia que situa o nascimento da história nos trabalhos da memória, substituindo assim a relação de fraternidade entre Clio e Mnemosine do discurso mitológico clássico por uma relação de filiação da primeira em relação à segunda, não deixa de assinalar que a história, por sua vez, não cessa de retroalimentar a memória, constituindo-se, ela mesma, numa de suas fontes mais poderosas.

Mais ainda: é função da memória – como por certo também o é da história – estabelecer os nexos entre o passado, o presente e o futuro. E, se a memória procura salvar o passado, essa ação está longe de ser – como muitos parecem supor – um mero resgate, mas sim um processo direcionado à atuar no presente e a orientar os caminhos do futuro.

Retenhamos de momento essa distinção e essa relação essencial, cujo ritmo, direção e movimento Jacques Le Goff tão bem sintetiza. E passemos da síntese conclusiva à primeira frase do verbete. Nela o autor afirma: “O conceito de memória é crucial.” (p. 11) para, em seguida, conduzir seus leitores por uma história da memória no Ocidente, entendida essa história como a explicitação de suas traduções na antiguidade, na idade média (sem dúvida e não sem razão a parte mais rica e mais interessante do verbete), nos tempos modernos e no mundo contemporâneo.

O desafio teórico da breve sentença introdutória do verbete é o entendimento que podemos ter da crucialidade do conceito de memória proposta pelo autor.

Sem dúvida, é possível e pertinente um entendimento mais direto e imediato dessa crucialidade. Nesse primeiro sentido, o autor sublinharia para os historiadores seus leitores a importância fundamental da memória, importância essa que ao longo do artigo ele explicitará como sendo seu significado político e sua relação com o exercício do poder, ao afirmar que “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam a sociedades” (p. 13)

Cabe no entanto uma segunda leitura dessa afirmação de Le Goff, que parte de um entendimento mais etimológico da crucialidade e, lida assim, permite entender a memória como um espaço simbólico onde se entrecruzam vetores não só diferenciados, mas aparentemente opostos pelo vértice.

A memória assim entendida passa a ser vista como um campo de tensão de forças distintas e opostas. Esse entendimento permite pensar, teoricamente, que nesse território, nesse continente vastíssimo da memória, em um dos gêneros a ele referidos que é a memorialística, cruzam-se, por exemplo, a mais individual das lembranças, mais íntima das experiências e o quadro de referências, valores, linguagens e práticas culturais que são coletivos.

Dessa constatação decorre um dos maiores desafios para quem vai trabalhar com memorialística ou escritos de caráter confessional: perceber naqueles documentos, simultaneamente, a mais pessoal das escritas, e sua expressão sempre e de múltiplas formas referida a um coletivo, a uma geração, a um grupo social, a um gênero, a uma nacionalidade, a um dado momento histórico.

Nessa ótica de leitura, trabalhar com *Olhinhos de gato* de Cecília Meireles foi, ao mesmo tempo, redescobrir a autora, sua história de vida, e esse universo que tão difícil de expressar, que é o universo das dores, da fantasia, dos sofrimentos, dos afetos e dos medos infantis. Mas, ao mesmo tempo, foi a ocasião de identificar referências de uma geração no Rio de Janeiro do início do século. Ali estão, simultaneamente, a versão adulta de sua experiência infantil, mas também, as festas, os pregões, as brincadeiras, as práticas domésticas, os hábitos alimentares, a vida familiar, do grupo social ao qual pertencia no Rio de Janeiro do início do século XX.

E, ao escavar mais profundamente essa mina é possível descobrir outras possibilidades da crucialidade aplicada em seu sentido etimológico de entrecruzamento à construção memorialística. Cabe pensar que na memória, se entrecruzam temporalidades diferentes. Nos livros de memórias, particularmente, se entrecruzam o tempo narrado - no caso, a infância de Cecília - e o tempo da narrativa - a década de 30 em que o texto foi escrito. Essas duas temporalidades estão entramadas no texto de tal maneira que o pesquisador não pode ignorar seu intrincado entrançamento.

No caso do livro de Cecília, por vezes, outras temporalidades se entrecruzam na narrativa, uma vez que, como pontos de fuga, o texto se remete, por exemplo, ao tempo da

infância e juventude de sua avó, ou de sua babá – as duas referências afetivas mais fortes da Cecília-menina -, experiências que ela não viveu pessoalmente, mas que passou a integrar sua memória pessoal através das histórias contadas em casa, entrecruzando-se assim, também, a memória individual e a memória familiar.

Nessa memória entendida como crucial porque ponto de entrecruzamento, e nos livros de memórias, convergem igualmente espaços diferenciados, físicos e simbólicos. E cabe ao pesquisador identificar no texto, para além da mera descrição, os conteúdos desses espaços narrados, no caso, a casa familiar, a rua, a escola, a igreja, mas também o sonho, o devaneio, a festa, a fantasia.

Ao observar mais de perto a trama do texto, não será difícil identificar a malha da ficção entrelaçando-se com a da realidade; a do registro com a da invenção; a da razão com a da emoção; a da subjetividade com a da objetividade; a do silêncio com a da palavra, e assim por diante.

O grande desafio que se oferece ao pesquisador que se aventura pelos mares da memorialística é, precisamente, o de não fazer uma leitura chapada desse tipo de documento, que ignore a trama complexa de entrecruzamentos que está presente em todos os trabalhos da memória, e que se apresenta de maneira muito particular na memorialística tais como nos relatos de memórias infantis, como o de Cecília Meireles ou no que está assinado com o pseudônimo de Helena Morley e publicado com o título de Minha vida de menina; ou como nos livros de memórias que abarcam uma vida inteira, seja de forma linear, como por exemplo nas memórias de Joaquim de Salles (publicadas em livro com o título de Se não me falha a memória), seja naquelas que assumem a pauta de uma temporalidade mais complexa e zigzagueante, como na esplêndida coleção de livros de memórias publicada por Pedro Nava; quer essas memórias sublinhem o universo profissional, como no caso do livro de memórias de Evandro Lins e Silva, jurista renomado e grande figura humana, quer sublinhem o itinerário espiritual de quem destila o tempo ao rememorar, como é o caso dos escritos memorialísticos de Alceu Amoroso Lima; quer o exercício de fazer memória por escrito se fixe num determinado momento e circunstância de vida, como nas Memórias do cárcere de Graciliano Ramos, quer abarque uma vida inteira, como no caso dos Elos de uma corrente, de Laura Oliveira Rodrigo Octávio.

E porque interessa a todo historiador esse exercício de mapeamento de entrecruzamentos, referido ao relevo complexo do território da memória? Talvez porque, ao menos numa apropriação acomodaticia, esses entrecruzamentos na verdade estão presentes em qualquer documento que utilizamos em nossos trabalhos. De alguma maneira, todo texto e não será desnecessário lembrar que é importante entender o conceito de texto de uma forma muito generosa, é de alguma maneira, expressão de seu autor.

Jose Luis Borges, o poeta, escreveu um dia que qualquer texto escrito comporta o seu autor. Ele se referia explicitamente ao texto escrito, e a seu caráter sempre biográfico. Mas é possível ampliar a afirmação para outros tipos de textos. O autor está sempre de alguma forma presente no produto de seu gesto autoral, a subjetividade, a personalidade do autor está ali, bem como ali estarão as suas circunstâncias, como queria Ortega y Gasset ao afirmar que eu sou eu e minhas circunstâncias. Nesse sentido, qualquer texto, escrito ou não, tem um viés memorialístico e portanto, o cuidado exigido pelo trabalho com textos memorialísticos é útil e necessário para a pesquisa em todo e qualquer acervo documental.

2. Pierre Nora e os lugares de memória

O relevo do território memorialístico torna-se ainda mais acidentado se nele o pesquisador procurar operar com o conceito de lugares de memória proposto pelo historiador francês Pierre Nora, e, que, se em princípio foi considerado por seu autor como um conceito capaz de operar especificamente para o caso da história e da memória francesas, acabou por ser assimilado por outras latitudes acadêmicas e geográficas, inclusive a nossa.

Talvez caiba lembrar, na esteira das observações já feitas, as circunstâncias em que o conceito foi formulado e serviu de base a um grande seminário que congregou historiadores e cientistas sociais franceses em torno da questão da identidade da França, seus alicerces no que Nora chama de lugares de memória, seminário que está na origem da coleção publicada pela editora Gallimard.

O debate é realizado e seus primeiros resultados são publicados em meados dos anos 70, precisamente o momento em que a construção de uma Europa unida dá seus primeiros passos concretos, e a noção de comunidade européia, se desenha com mais clareza, o que relativiza fronteiras e discursos nacionais, no caso francês, construídos ao longo de séculos na esfera da política e nos corações dos franceses, constituindo uma memória coletiva referida ao fenômeno moderno que convencionamos chamar de estado-nação, memória essa que se traduz em práticas culturais.

Diante do projeto de uma Europa Unida que se desenha, o que fazer da história dos países particulares e como lidar com a França construída na memória coletiva? A proposta de Nora, expressa na Introdução que abre a coleção e traduz o objetivo geral que propõe um horizonte de sentido comum aos diferentes artigos é audaciosa: o autor nega a existência de uma memória verdadeira nas sociedades modernas. Esta, para ele um apanágio das sociedades primitivas, teria sido substituída pelos lugares de memória, espaços físicos e simbólicos informados pela vontade de memória, mas onde a memória teria sido alcançada pela história, deixando de fincar suas raízes no território do sagrado para laicizar suas operações. Para Nora, a memória verdadeira é *templum*, enquanto a memória alcançada pela história e materializada nos lugares de memória, é *realia*, constituindo-se em um imaginário de reposição, distante portanto do caráter espontâneo, onipresente, que o autor atribui à memória verdadeira.

Para analisar esses lugares onde a memória da França se estrutura, Nora propõe três nichos em torno dos quais a França moderna se constrói nos corações e nas mentes dos franceses: a noção de nação, a proposta da república, e a pluralidade das França expressa na diversidade regional. São esses três nichos que organizam os três volumes, cada um deles por sua vez subdivididos em vários tomos e muitos capítulos. Neles, autores os mais diversos estudarão as leituras infantis que, por gerações, freqüentaram as salas de aula e as estantes de livros das crianças francesas; os heróis nacionais; os símbolos da nação tais como a *Marseillaise* ou a bandeira tricolor; as festas pátrias; os grandes eventos cívicos; a gastronomia; os dicionários; os livros escolares de história; a historiografia e muitas outras mediações capazes de formar um imaginário comum, soldar diferenças e, finalmente, construir uma memória coletiva ali onde a memória espontânea não encontra mais condições de sobreviver.

Por tomar como ponto de partida a inexistência da memória verdadeira nas sociedades modernas, e seu corolário – talvez discutível – a existência de uma memória verdadeira nas sociedades ditas primitivas, Pierre Nora inicia o capítulo de abertura da coleção que dirige com uma frase de efeito: “Falamos tanto em memória hoje em dia porque ela não existe mais.”

Para construir o conceito de lugares de memória, Nora propõe, em primeira instância, a exigência de uma referência a um coletivo (não necessariamente nacional, ainda que, nos estudos feitos, esse coletivo seja o estado nacional francês) e, em segunda instância, que esses lugares de memória o sejam no sentido material, funcional e simbólico, ou seja, que tenham materialidade e tangibilidade, que tenham a função, vale dizer a intenção primária ou adquirida, de soldar o coletivo e que operem no âmbito do simbólico. Assim, o livro de leitura escrito para as escolas francesas e intitulado *Le tour de France par deux enfants*, no qual, em meio a mil aventuras duas crianças viajam pela França, conhecendo a geografia, a história, a economia, a cultura, e a paisagem francesas através da diversidade das regiões, é apresentado como um lugar de memória por constituir-se num suporte físico da memória escolar de milhões de franceses, por ter a função explícita de educar ao gravar nos corações dos pequenos leitores uma dada noção do que seja a França e por operar no campo do simbólico – a viagem imaginária, os dois pequenos heróis com os quais os leitores se identificam, os valores franceses aprendidos no interminável caminho, o jogo de emoções que permeia a narrativa.

Espelhando-se, como em tantas outras formas, no espelho francês, Olavo Bilac e Manoel Bonfim procuraram imitar, no Brasil das primeiras décadas do século XX, o livro *Tour de France par deux enfants*. Os dois intelectuais escrevem e publicam um manual de leitura escolar intitulado *Através do Brasil*, calcado no famoso manual francês. No entanto, o livro, ainda que fartamente utilizado nas escolas, esteve longe de alcançar a universalidade da rede escolar brasileira e teve uma utilização mais efêmera nas escolas brasileiras que aquele que lhe serviu de fonte de inspiração. Reeditado recentemente na coleção *Retratos do Brasil* da Editora Companhia das letras, se não é um lugar de memória da leitura infantil dos brasileiros, não deixa de ser no entanto um documento do maior interesse.

A noção de lugares de memória, proposta por Pierre Nora, ainda que parta de um pressuposto discutível – o da oposição entre uma memória verdadeira das sociedades sem escrita e a memória não tão verdadeira dos modernos – e apresente um caráter talvez demasiado complacente para tornar-se operativo no plano conceitual – no limite, o que não poderia ser tomado como um lugar de memória? – é útil e, para utilizar uma fórmula cara aos franceses, boa para pensar. Incorporá-la ao elenco de referências teórico-metodológicas que presidem o trabalho histórico com escritos memorialísticos, abre um campo fértil em possibilidades e implica na disposição de enfrentar não poucos problemas.

Os livros de memórias podem ser considerados como particularíssimos lugares de memória em que o indivíduo, ao aplicar-se no exercício rememorativo, solda sua memória pessoal com aquela de sua geração, com a do gênero ao qual pertence, com a daqueles que partilham de sua mesma latitude intelectual, com a de seu momento histórico e de sua cultura, com a de seus leitores, porque o texto memorialístico é suporte físico de uma memória individual que ganha sentido através de sua relação – de fusão ou de contraste – com memórias coletivas. Esse gênero literário tem ainda a função de criar memória, de construir textualmente a memória do auto-biografado, e de suas circunstâncias de vida e de sua relação com o mundo, e pode ter a função de tornar-se um dos elementos constitutivos da memória de seus leitores, pelo jogo de identificação e de estranhamento que se instaura no ato da leitura. E por fim ele é também lugar simbólico de memória, tanto por seu conteúdo temático – que de certa forma propõe um cânon daquilo que é memorável – quanto por sua forma – que se constitui num gênero literário em nossa tradição ocidental – Talvez como poucos textos escritos, o documento memorialístico possa ser considerado lugar de múltiplas memórias.

Enfrentar a leitura de um texto memorialístico na tríplice perspectiva – que informa os lugares de memória, implica em considerá-lo como um locus de materialização de memórias construídas – o que traz a possibilidade de realizar, através de sua leitura, uma cuidadosa arqueologia dessa construção –. Implica igualmente em tomá-lo como mediação que situa a rememoração individual nos quadros das memórias coletivas que lhe confere sentido – o que supõe atentar para a dimensão social da operação arqueológica realizada –. Implica, finalmente, ponderar a dimensão simbólica sempre presente no ato de escrever memórias – o que sublinha a necessidade de explicitar o sentido daquilo que foi escavado, analisado, desentranhado e reconstruído nas profundezas do texto através da ação interpretativa.

No caso do livro *Olhinhos de gato*, um texto fragmentário, introspectivo, mais alusivo que descritivo e essencialmente marcado pela angústia da morte, seguir a trilha das três coordenadas que decorrem de considerar um escrito memorialístico como um lugar de memória é uma escolha arriscada. Por isso mesmo creio que valeu a pena fazê-la.

3. Gilberto Velho e a relação entre memória, identidade e projeto.

A terceira referência teórica para pensar o trabalho do historiador com escritos memorialísticos, vem de um artigo breve e denso escrito pelo antropólogo brasileiro Gilberto Velho, intitulado . Nele, o autor destaca a relação essencial e orgânica existente entre identidade, memória e projeto, de tal forma que toda memória – inclusive aquela construída em textos memorialísticos, poderíamos propor, trazendo para o campo de nosso debate a reflexão de Gilberto Velho – contém e expressa uma identidade, da mesma forma que toda identidade tem na memória um elemento constitutivo essencial, e toda identidade/memória encerra e revela um projeto, que o autor define como “uma forma de negociação com a realidade”.

Os três vértices do triângulo proposto, em sua relação essencial, parecem circunscrever, ao menos na perspectiva do historiador, as múltiplas dimensões do tempo e sua relação com a ação de fazer memória e, em particular, com a escrita memorialística, ela também – uma expressão da identidade – individual e coletiva – que se projeta no tempo.

Fazer memória, e, por decorrência, escrever memórias, não é um exercício hedonístico, retrospectivo, feito de costas para a vida e o tempo presente. Talvez seja possível inclusive afirmar que não é assim sequer quando essa é a intenção daquele que escreve, uma vez que a escrita da memória, pessoal ou coletiva, individual ou social, sempre expressará a construção de uma identidade e nunca deixará de revelar um projeto de futuro.

David Lowenthal, geógrafo humanista e autor de um livro sumamente interessante e que tem por título *O passado é um país estrangeiro*, sugere que a memória longe de recuperar o passado, destila o passado.

Ao utilizar a metáfora de um processo de destilação para caracterizar os trabalhos da memória, Lowenthal não apenas assinala os descaminhos do sentido comum que insiste em associar a memória com o resgate ou a recuperação do passado, mas também pode contribuir para que aprofundemos a reflexão proposta por Gilberto Velho, uma vez que põe de manifesto que a matéria prima do passado, transforma-se em outra coisa na ação – e na escrita – memorialística. Nos termos de Velho, ela se transforma em expressão de identidade e em formulação de projeto.

Nessa perspectiva, o historiador, ao tomar como documento a ser interpretado um livro de memórias como, a título de exercício, como este das memórias infantis da Cecília Meireles, pode buscar nele os indícios, no sentido que este termo assume no conhecido artigo de Carlo Ginzburg *Sinais, raízes de um paradigma indiciário*, que simultaneamente revelam uma identidade e um projeto, sendo que os três vértices do triângulo proposto entrecruzam, como já foi assinalado no comentário ao texto de Jacques Le Goff, as dimensões do individual e do coletivo.

Assim, *Olhinhos de gato* é um texto que não apenas rememora, mas, por ser escrita de memória permite esboçar a identidade e os projetos ou impasses de uma Cecília adulta, poeta maior, e mulher que, no momento da escrita, vive a experiência de múltiplas perdas, uma vez que nos anos 30 perde seu marido, o intelectual português Correia Dias – que se suicida – perde o sonho e o emprego - materializados ambos na Biblioteca Pública Infantil do Mourisco, que o Estado Novo acusa de ter livros comunistas e danosos para os leitores infantis, tendo a infelicidade de citar como exemplo dessas leituras perigosas, Tom Sawyer -, perde a saúde – adoecendo gravemente e perde a batalha política - ao assistir a demissão do escolanovista Anísio Teixeira da Diretoria Geral do Departamento de Educação do, então, Distrito Federal-.

Diante da adversidade da vida, Cecília faz da morte o tema onipresente de suas memórias infantis. Quando o presente parece tão duro e penoso, volta-se aparentemente para o passado remoto de seus dias de menina-orfã. E, num momento em que o mundo exterior parece tão hostil, refugia-se em sua interioridade. No entanto, a vida vivida, mesmo se triste, pulsa nas páginas do livro; o presente e o projeto de futuro, mesmo se vazios de esperança, transparecem na escrita. E a riqueza do mundo interior narrado transmuta a política em poética.

Para concluir, ao eger para análise o livro de memórias infantis de Cecília Meireles, um livro difícil e pouco conhecido, a pesquisa teve que enfrentar o problema de encontrar seu sentido na História. Na história pessoal de Cecília Meireles e na História mais alargada de sua época e do país. Teve também que mergulhar nesse particularíssimo corpus empírico, com as ferramentas teóricas dos estudos mais gerais sobre as artes da memória para encontrar, nesta específica escrita memorialística a conjunção possível entre memória, identidade e projeto nos planos individual e coletivo.

E para que essa conclusão nos faça retornar ao texto de Jacques Le Goff, cabe lembrar que, no mesmo artigo que já foi aqui comentado, o medievalista francês assinala, ao referir-se à memória e seu significado entre os gregos, que: O poeta [...] é um homem possuído pela memória e a poesia, identificada com a memória, faz desta um saber e mesmo uma sagesa, uma sophia. [...]. *mnemosine*, revelando ao poeta os segredos do passado, introdu-lo nos mistérios do além. A memória aparece então como dom para iniciados e a anamnesis, a reminiscência, como uma técnica ascética e mística. [...] Ela é o antídoto do esquecimento. (p. 21)

Olhinhos de gato parece demonstrar que não apenas o poeta grego encontra na memória a fonte que o faz capaz de vencer a morte. Parece, também, oferecer alguns elementos reveladores para a compreensão do lugar de Cecília Meireles em seu tempo. Parece, por fim e justamente pelas dificuldades que oferece à interpretação, constituir-se em terreno fértil para uma reflexão sobre as complexas relações entre história e memória. Muito obrigada.

Debate

Questão: A memória do passado está dentro de um projeto? Como funciona esse mecanismo de olhar para o passado, de ir ao passado, e encontrar um projeto de futuro dentro dele?

Margarida: Sua pergunta é muito interessante a tua pergunta. Talvez, para encaminhar nosso diálogo, seja importante sublinhar, uma vez mais, a memória não olha apenas para o passado. Na verdade ela não desloca o sujeito – individual ou coletivo- que faz memória para o passado. Quando fazemos memória, ou melhor, quando construímos memória, o fazemos a partir do presente. E creio que é difícil viver o presente sem projetar o futuro. Talvez seja mais fácil encaminhar esse raciocínio através do exercício com outro dos trabalhos da memória que não seja a escrita memorialística. A construção de um monumento, por exemplo. Qual foi o último monumento construído nessa cidade?

Público: O Memorial ao Miramar. Era um bar famoso que depois foi destruído para construção do Aterro da baía Sul. No local construíram uma praça e recentemente um memorial para lembrar o Miramar.

Margarida: O Memorial ao Miramar. Bem, como eu não tenho idéia do que tenha sido o Miramar, provavelmente vou dizer várias barbaridades, o que torna nosso exercício mais engraçado. Quando esse memorial foi construído, não é que seus propositores tenham tido a possibilidade ou mesmo a intenção de “ir ao passado” onde jaz o Miramar destruído para fazê-lo ressuscitar. O Memorial do Miramar não é o Miramar demolido que, como a Bela Adormecida, jazia no passado a espera de um príncipe que quebrasse seu encantamento e o trouxesse outra vez para o meio da praça tal qual ele realmente existiu antigamente. Essa construção memorialística a expressão monumental, no presente, de algo que deve ser transmitido para o futuro, de um projeto portanto. O ato de monumentalizar o Miramar, e não outro dos lugares de memória de Florianópolis implica numa escolha, numa seleção. Esta seleção, essa escolha, permite identificar o que se quer projetar no futuro do que o Miramar representou, já que, no plano do simbólico, o Miramar representa algo que, mesmo com o Miramar demolido e sepultado debaixo do aterro da baía Sul, não deve ser perdido. Um espaço de festa, de encontro e de sociabilidade informal, talvez. Esse o projeto que o Memorial do Miramar talvez pretenda monumentalizar. Então, há um projeto implícito nessa operação memorialística, nesse olhar que vai ao passado e faz memória porque não quer abandonar o projeto de que a festa, o encontro e os espaços de sociabilidade informal se percam na Florianópolis de hoje e de amanhã, mesmo com o Miramar demolido.

Questão: Você falou dessa escrita memorialística e talvez aqui no Programa não se esteja trabalhando com esse tipo de documentação. Mas aqui se está trabalhando com história oral. Eu queria que você falasse um pouco da história oral. Sobre essa relação. Porque eu tenho a impressão de que a história oral guarda muita semelhança com essa escrita. Porque a pessoa que está fazendo o relato da sua vida também o está construindo memória.

Margarida: Você tem toda razão a entrevista oral é um tipo de discurso memorialístico. Eu mesma nunca trabalhei pessoalmente com história oral. Mas tenho alunos que utilizam entrevistas em seus trabalhos e acompanho com interesse os debates dos especialistas. Por vezes tenho a impressão que transferimos para a entrevista oral a confiança cega que nós tínhamos no documento escrito antes de perdermos a inocência e aprendermos a desconfiar do documento.

Quando comecei a estudar história, eu tinha toda certeza de que os documentos escritos ou bem diziam a verdade ou bem traziam mentiras. Não tinha nada no meio. Eu acreditava nos documentos, e estava certa que os documentos “falavam” por si sós, e ao historiador cabia a tarefa de garimpá-los. Hoje penso que eles apenas respondem às perguntas que formulamos, e que a verdade em história é uma construção, sempre relativa. Mas às vezes também penso que exportamos essa nossa fé positivista, essa nossa busca da verdade como um dado a ser encontrado, para as entrevistas orais. E se o entrevistado falou, está falado.

Eu acho que é muito interessante essa hipótese que você levanta de tratar a documentação fabricada pelas entrevistas orais, tão rica em possibilidades, como se trata um escrito memorialístico. Com atenção, com certeza da riqueza que encerra e também com a capacidade de relativização e crítica com que tratamos um escrito memorialístico. Eu acho que seria interessante fazer esta tríplice operação que eu propus aqui e perguntar o que “destila” minha entrevista oral? Quais são as seleções feitas pelo entrevistando? Prestar atenção nos silêncios, que, às vezes, dizem muito mais do que o que está dito. Os silêncios – sobretudo os voluntários – nas entrevistas são sumamente expressivos. fez entre bibliografia e fonte? Às vezes as pessoas dizem: “da época e o não da época”.

Mas na verdade, creio que a questão que você põe é muito pertinente e, no fundo permite que ampliemos nossa reflexão e a adaptemos à especificidade de cada tipo de documento com o qual trabalhamos

Questão: Você disse inicialmente que tudo o que se escreve é para ser lido, mas não para ser dito?

Margarida: É para ser lido por alguém. E a escrita é uma forma de enunciação, e portanto diz algo. No entanto pode apresentar-se ao historiador uma questão de ordem ética, porque não necessariamente o que está escrito para alguém deve ser publicado ou publicizado indiscriminadamente.

Creio que por vezes é preciso discernir, em particular quando a revelação devassa o universo pessoal ou a privacidade, o que pode e deve ser publicado ou escancarado publicamente. Não creio que isso seja censura, creio que é respeito. Quando trabalhamos com escritos confessionais, cartas pessoais, diários íntimos, e mesmo entrevistas, já que acabamos de mencioná-las creio que é importante, por vezes, preservar a identidade do autor ou dos sujeitos mencionados, inclusive por razões de segurança pessoal, até porque, como já dissemos, a memória entrecruza registro e invenção, e muitas vezes é difícil distinguir entre ambos.

Eu não gostaria que, quando vou ao médico, o que estiver escrito no resultado do exame seja publicado na internet. Creio que a razão de divulgação ou não de um escrito ou entrevista passa, por um lado, pela questão ética e, por outro, pela relevância para os interesses coletivos.

Questão: Sobre memória coletiva: como avaliar o que é relevante para ser conservado e o que não o é?

Margarida: Você tocou num problema que está muito presente nas instituições de memória, que é o problema do “descarte”. Quais são os documentos que devem ser descartado quando organizo um arquivo. O que deve ser conservado? O que deve ser exposto num museu? O que conservar na reserva técnica? O que deve ser eliminado? É importante perceber que existe sempre um critério nessa seleção. Mais ainda sublinhar que esse critério de seleção implica numa construção de memória, vale dizer, expressa uma identidade e revela um projeto.

Questão: Sobre a Cecília Meireles, com que tipo de documentação você trabalhou?

Margarida: O historiador nunca deve trabalhar com um único tipo ou série de documentação. Tento buscar testemunhos, documentos diferenciados e que conformam o corpus documental do que estou trabalhando. Não toda a documentação existente, mas aquela que é relevante para hipóteses que presidem o projeto de pesquisa. É importante lembrar que o texto sobre o livro *Olhinhos de gato* foi um dos produtos da pesquisa feita, e que ao escrevê-lo, já tinha uma acumulação de pesquisa empírica que me permitia manejar com alguma facilidade outras informações. Qual a documentação que trabalhei neste texto em concreto? Eu trabalhei com o livro memorialístico, mas trabalhei também com outra documentação contemporânea, em particular uma série de crônicas que Cecília estava publicando na imprensa carioca ao mesmo tempo em que estava escrevendo *Olhinhos de gato*. Também trabalhei com cartas e outros escritos da mesma época.

Questão: Eu gostaria que você comentasse sobre a tese de Nora, em especial sobre a diferença ou a falsa diferença entre memória e história. Pois eu acho que de certa forma ele acaba por subestimar nossa capacidade de criar nossa própria memória, sem que ela esteja determinada pelo que ele chama de lugares de memória.

Margarida: Creio que sua restrição é pertinente, uma vez que a primazia dada aos lugares de memória referidos ao nacional, ao menos no que diz respeito aos lugares de memória analisados no conjunto da coleção, pode conduzir a uma leitura em que os indivíduos e grupos apareçam como vítimas de uma memória oficial e incapazes de formular suas próprias referências identitárias e memorialísticas.

O texto de Nora é, como por certo todo e qualquer texto, discutível, e por isso mesmo gosto de discutí-lo com meus alunos, e essa discussão costuma a dar bons frutos. Pessoalmente faço três restrições ao artigo, o que não me impede de relê-lo sempre com prazer e de considerá-lo um texto sumamente interessante.

A primeira delas diz respeito a seu caráter eminentemente retórico referido a situação da França nos anos 70, e suas perplexidades diante da construção da comunidade européia. A segunda é sobre a lógica alternativa que preside a oposição rígida que o autor faz entre memória verdadeira e memória alcançada pela história, justamente um aspecto que você menciona em sua pergunta. A terceira restrição é a que chama atenção para o caráter impreciso, abrangente e mesmo complacente da noção de lugares de memória, que dificulta a possibilidade de operar com ela como um conceito, uma vez que tudo, em princípio pode ser um lugar de memória`.

Questão: O que esquecer e o que lembrar?

Margarida: Em primeiro lugar, é preciso sinalizar que o lembrar e o esquecer não são sempre atos voluntários. Nem sempre é possível escolher o que esquecer e o que lembrar. Talvez por isso, o historiador italiano Paolo Rossi, num livro intitulado *La memoria, la dimenticanza e l'oblio* se debruce sobre o problema do esquecimento e da memória e, ao dedicar o livro ao seu neto que então ensaiava os primeiros passos, pede que a vida lhe conceda recordar e esquecer numa justa medida.

No corpo do texto Rossi se refere à experiência do holocausto – uma experiência que não pode ser esquecida, mas também uma realidade terrível demais para que seja possível suportar tê-la constantemente na memória.

Acho da maior importância o professor Henrique Espada ter sublinhado, nesta discussão de hoje, que a memória é um campo de conflito. Por isso é bom voltar a recordar o que Le Goff afirma sobre o tornar-se senhores da memória e do esquecimento como o sonho mais constante dos que dominaram e dominam as sociedades e sobre a relação direta entre a memória e o exercício do poder.

Questão: O seu trabalho supôs analisar o texto memorialístico da Cecília Meireles. Texto em que ela se reporta à infância, mas que escreve na década de 30 e que é analisado por você no ano 2001. Então, minha questão é sobre a tarefa analítica de escrever, sobre como se trabalha esses três tempos. É o tempo da Cecília, aliás, os dois tempos de Cecília, o da infância e o da escrita do livro, e mais o teu tempo na hora de escrever. Esse terceiro tempo está implícito no ato de escrever?

Margarida: No texto que eu escrevi com certeza essas temporalidades e outras se entrecruzam. Você sabe, como eu, que o historiador em geral não acredita que nada aconteceu naturalmente. Nós somos uma estranha tribo que desnaturaliza incessantemente. Nesse sentido, eu diria que o meu tempo da escrita, o tempo da minha narrativa, estará presente no meu texto, quer eu queira quer não. Talvez uma boa forma de encaminhar sua questão seja a do reconhecimento do lugar da subjetividade no texto do historiador, o da riqueza de sua leitura de um texto histórico como um texto historicizado, no qual a subjetividade do historiador dialoga com as subjetividades presentes na documentação que trabalha.

Questão: A partir do que foi dito, como ficaria a preservação do patrimônio histórico, da cultura? Como lidar com essas coisas e ao mesmo tempo, por um lado estar desconfiado e, por outro, preservar os lugares de memória?

Margarida: Sua pergunta, como outras já feitas, remete à questão sensível a respeito dos critérios da escolha do que deve ser monumentalizado, dos impasses da escolha, da seleção em última análise. A idéia de preservação é uma resposta ao caráter predatório com que lidamos com a memória e a cultura.

O dilema de qualquer escolha é que a contra-face dela que é a renúncia. Quando as agências que definem o que é patrimônio histórico e cultural escolhem algo a ser monumentalizado, deixam de escolher outras coisas, relegam ao esquecimento o que não foi selecionado.

Talvez uma boa maneira de encaminhar essa discussão seja a de sua compreensão como uma das práticas que encerram o exercício cotidiano da cidadania. E uma das manifestações mais eloqüentes do caráter excludente ou includente da cidadania vivida numa determinada sociedade.